

**PROCESSO** - A. I. Nº 115236.0029/15-3  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - SPORT.COM MATERIAL ESPORTIVO LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 3ª JJF nº 0135-03/16  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 14/12/2016

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACORDÃO CJF Nº 0220-12/16**

**EMENTA:** ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. MULTA PERCENTUAL DE 60% SOBRE O IMPOSTO. FALTA DE RECOLHIMENTO ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. O contribuinte, nas razões defensivas, comprovou a insubsistências das infrações, o que foi acatado pelo preposto fiscal. Infrações descaracterizadas. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Cuidam os autos de Recurso de Ofício interposto contra a Decisão da 3ª Junta de Julgamento Fiscal, que decidiu pela Improcedência do presente Auto de Infração, lavrado em 09/12/15 para imputar ao contribuinte o cometimento de duas infrações, ambas objeto do Recurso, como a seguir descrito:

INFRAÇÃO 1 – efetuou recolhimento a menos de ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente a aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, nos meses de fevereiro, março e agosto de 2015, no valor de R\$21.669,79, acrescido da multa de 60%;

INFRAÇÃO 2 - multa percentual (60%) sobre a parcela do imposto (ICMS) que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente, nos meses de janeiro a agosto de 2015, totalizando R\$73.397,25.

A Junta de Julgamento Fiscal dirimiu a lide com os seguintes fundamentos:

**VOTO**

*Trata-se de Auto de Infração em que o autuado foi acusado de ter efetuado recolhimento a menos de ICMS por antecipação na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária referente a aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, nos meses de fevereiro, março e agosto de 2015, (infração 01) e multa percentual sobre a parcela do imposto (ICMS) que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente as aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente, nos meses de janeiro a agosto de 2015.*

*Nas razões defensivas, o autuado elaborou planilha e apensou DAE's e detalhou nota por nota apontando os equívocos cometidos no levantamento fiscal. Discorreu sobre inobservância de notas fiscais já registradas nos livros fiscais; notas fiscais com dupla incidência de cobrança de ICMS; inobservância de notas fiscais não recebidas; inobservância pagamentos por antecipação parcial devidamente recolhido; multa indevida cobrada sobre notas fiscais lançadas como no demonstrativo 2.3 como antecipação parcial, quando, na verdade, tais notas fiscais encontram-se registradas como substituição tributária e com o imposto pago; notas fiscais lançadas no mês de agosto de 2015 pelo critério equivocado de data de emissão, sendo que as mesmas foram recebidas, registradas e o imposto (ICMS) devidamente pago no mês de setembro de 2015, pelo critério de data de recebimento; inobservância de DAE's recolhidos, inobservância de nota fiscal com o imposto pago na origem através de GNRE on line, portanto, duplicidade de cobrança; notas fiscais de uso e consumo com o imposto recolhido conforme DAE.*

*Na informação fiscal, o autuante declarou que por um lapso do trabalho desenvolvido, levou em consideração todas as NF-e autorizadas no sistema, mas o período fiscalizado não atingiu o exercício fechado de 2015, o que teria gerado as diferenças que, na verdade, estariam nos meses posteriores aos fiscalizados. Disse ainda, ter desconsiderado as devoluções de compras que não foram computadas. Concluiu pelo acatamento da defesa do contribuinte, que demonstrou não haver qualquer débito a ser recolhido em favor do Estado.*

*Neste caso, entendo que após a impugnação ao lançamento fiscal e a informação fiscal prestada pelo autuante, inexistiu divergência a ser apreciada por esta Junta de Julgamento Fiscal.*

*A autoridade competente verificará se existem elementos que justifiquem a renovação do procedimento em relação a esse Auto de Infração, com fulcro no art. 156 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF/99. É evidente que se o contribuinte, antes no início de nova ação fiscal, sanar alguma pendência porventura existente, inclusive mediante denúncia espontânea, se exime de sanções.*

*Ante ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.*

Em atendimento ao artigo 169, inciso I, alínea “a”, do RPAF/99, a Junta de Julgamento Fiscal recorreu de ofício a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal.

## VOTO

Na infração 1 o contribuinte foi acusado de ter recolhido a menos o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente a aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, enquanto que, na infração 2, foi lançada a multa de 60% sobre a parcela do imposto (ICMS) que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente.

A Junta de Julgamento Fiscal, de forma correta, acatou o demonstrativo elaborado pelo autuado, em relação às duas imputações, em face da comprovação de ocorrência de diversos equívocos cometidos no trabalho fiscal: inobservância de notas fiscais já registradas nos livros fiscais; notas fiscais com dupla cobrança de ICMS; inobservância de notas fiscais não recebidas; inobservância de pagamentos feitos a título de antecipação parcial; multa percentual cobrada em relação a notas fiscais lançadas como operações sujeitas à antecipação parcial, quando, na verdade, se referem a operações da substituição tributária e com o imposto recolhido; notas fiscais lançadas no mês de agosto de 2015 com base na data de emissão, quando deveria ter sido considerado o mês de entrada das mercadorias no estabelecimento (setembro de 2015); descon sideração de DAE's de recolhimento do ICMS; inobservância de nota fiscal com o imposto pago na origem por meio de GNRE *on line*, portanto, com duplicidade na cobrança; notas fiscais concernentes a entradas de materiais de uso e consumo com o imposto já recolhido conforme DAE anexado etc.

Saliente-se que, na informação fiscal, o autuante acatou todas as comprovações trazidas na peça defensiva e declarou não haver débito a ser recolhido em favor do Estado, porque, por um lapso do trabalho desenvolvido:

1. levou em consideração todas as NF-e autorizadas no sistema, mas o período fiscalizado não atingiu o exercício fechado de 2015, o que teria gerado as diferenças que, na verdade, estariam nos meses posteriores aos fiscalizados;
2. não levou em conta as devoluções de compras.

Por tudo quanto foi exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, mantendo a Decisão recorrida em sua integralidade.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **115236.0029/15-3**, lavrado contra **SPORT.COM MATERIAL ESPORTIVO LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de dezembro de 2016.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – RELATORA

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS